Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 51: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 51 Brasília, 17 de fevereiro de 2016

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 18/12/2015.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 51: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - II

1. Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 916)

Julgados: HC 209582/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 03/12/2015; HC 331981/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 18/11/2015; AgRg no REsp 1558729/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 23/11/2015; AgRg no AREsp 404824/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 04/11/2015; REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 09/11/2015; AgRg no REsp 1543257/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 05/11/2015; HC 314642/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015; AgRg no REsp 1490926/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 23/02/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 572) (Vide Pesquisa Pronta)

2. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. (Súmula n. 443/STJ)

Julgados: HC 229810/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 14/12/2015; AgRg nos EDcl no AREsp 725452/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 09/12/2015; HC 304919/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 11/12/2015; HC 317654/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJe 07/12/2015; HC 336639/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/12/2015; HC 186856/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 03/12/2015; HC 324588/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 13/11/2015; AgRg no AREsp 079283/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 09/11/2015;

(Vide Súmula Anotada N. 443/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 29 - TEMA 1)

3. Há concurso material entre os crime de roubo e extorsão quando o agente, após subtrair bens da vítima, mediante emprego de violência ou grave ameaça, a constrange a entregar o cartão bancário e a respectiva senha para sacar dinheiro de sua conta corrente.

Julgados: AgRg no AREsp 745957/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2015; EDcl no REsp 1133029/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 19/10/2015; HC 324896/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2015; HC 127320/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 15/05/2015; HC 185815/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), DJe 24/02/2014; REsp 1255559/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 25/06/2013; AgRg no REsp 1219381/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14/05/2013; HC 162862/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 21/05/2012;

4. Não é possível reconhecer a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e de extorsão, pois são infrações penais de espécies diferentes.

Julgados: HC 240930/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2016; HC 265544/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/09/2015; AgRg no REsp 1531323/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 25/06/2015; AgRg no REsp 1196889/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), REPDJe 02/06/2015; AgRg no REsp 1368169/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 15/04/2015; HC 077467/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 14/10/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 549) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 20 - TEMA 1)

5. O roubo praticado em um mesmo contexto fático, mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, enseja o reconhecimento do concurso formal de crimes, e não a ocorrência de crime único.

Julgados: HC 315059/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 27/10/2015; HC 179676/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 19/10/2015; HC 317091/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 09/10/2015; HC 265544/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/09/2015; HC 319142/SP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 09/09/2015; HC 316294/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 10/06/2015; HC 185744/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 02/02/2015;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 23 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada DECRETO-LEI 2.848/1940 - CÓDIGO PENAL PARTE GERAL - Art. 70)

6. É prescindível a apreensão e perícia da arma de fogo para a caracterização de causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, I, do CP, quando evidenciado o seu emprego por outros meios de prova.

Julgados: HC 211787/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 15/12/2015; HC 340134/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/12/2015; HC 164999/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 23/11/2015; HC 325107/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 03/11/2015; HC 283304/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 05/10/2015; HC 318592/SP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 09/09/2015; HC 199776/MS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJe 10/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 460) (Vide Pesquisa Pronta)

7. Cabe a defesa o ônus da prova de demonstrar que a arma empregada para intimidar a vítima é desprovida de potencial lesivo.

Julgados: HC 314292/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 25/08/2015; HC 305071/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Rel. p/ Acórdão Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 03/08/2015; HC 298123/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 01/10/2014; HC 232273/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 17/02/2014; HC 163660/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2012; HC 177133/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 21/02/2011; EREsp 961863/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Rel. p/ Acórdão Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 06/04/2011; HC 114546/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 22/02/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 369)

8. A utilização de arma sem potencialidade lesiva, atestada por perícia, como forma de intimidar a vítima no delito de roubo, caracteriza a elementar grave ameaça, porém, não permite o reconhecimento da majorante de pena.

Julgados: HC 331338/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 19/10/2015; HC 319737/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 08/06/2015; AgRg no HC 298586/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2014; HC 257856/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 07/04/2014; HC 276175/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), DJe 20/11/2013; HC 212666/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 25/09/2013; HC 247669/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 14/12/2012; HC 250696/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 30/10/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 511) (Vide Pesquisa Pronta)

9. O crime de porte de arma é absorvido pelo de roubo quando restar evidenciado o nexo de dependência ou de subordinação entre as duas condutas e que os delitos foram praticados em um mesmo contexto fático o que caracteriza o princípio da consunção.

Julgados: HC 315059/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 27/10/2015; AgRg no AREsp 484845/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 08/10/2014; HC 249718/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 15/04/2014; HC 228062/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 14/06/2012; HC 206274/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 23/04/2012; HC 071696/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 28/03/2012; HC 156621/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 02/08/2010; HC 138530/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/05/2010;

10. A gravidade do delito de roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e/ou emprego de arma de fogo não constitui motivação suficiente, por si só, para justificar a imposição de regime prisional mais gravoso, na medida em que constituem circunstâncias comuns à espécie.

Julgados: AgRg no AREsp 684837/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2016; HC 211787/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 15/12/2015; AgRg no AREsp 628507/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 06/11/2015; AgRg no REsp 1543994/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 15/10/2015; AgRg no HC 270463/RJ, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 01/10/2015; EDcl no HC 119070/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 20/08/2015; HC 311268/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 19/05/2015; HC 297881/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJe 09/04/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 562)

11. Não há continuidade delitiva entre roubo e furto, porquanto, ainda que possam ser considerados delitos do mesmo gênero, não são da mesma espécie.

Julgados: AgRg no REsp 1525229/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 11/06/2015; HC 214157/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 29/10/2013; HC 202792/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 19/09/2013; REsp 1208110/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 23/04/2012; HC 224395/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 03/02/2012; AgRg no REsp 1229269/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 15/06/2011; REsp 704941/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 30/05/2005;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 47 - TEMA 2)

12. Não é possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de roubo e latrocínio pois, apesar de se tratarem de delitos do mesmo gênero, não são da mesma espécie, devendo incidir a regra do concurso material.

Julgados: HC 222928/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 29/09/2015; HC 212430/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 15/09/2015; HC 297632/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 21/05/2015; HC 240630/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 17/02/2014; HC 223711/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, DJe 25/04/2013; HC 161595/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), DJe 26/03/2012; REsp 1084296/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 13/10/2009; HC 098307/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 02/06/2008;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 413)

13. Há tentativa de latrocínio quando a morte da vitima não se consuma por razões alheias à vontade do agente.

Julgados: REsp 1525956/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 07/12/2015; HC 185164/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 25/11/2015; AgRg no HC 328575/RJ, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJe 13/10/2015; AgRg no AREsp 483758/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 22/09/2015; AgRg no AREsp 672486/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 03/08/2015; AgRg no REsp 1394199/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 15/06/2015; AgRg no REsp 1396162/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 23/02/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 521)

14. Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima. (Súmula n. 610/STF)

Julgados: AgRg no REsp 1417364/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 04/02/2015; REsp 1164953/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 03/04/2012; REsp 1111044/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 22/11/2010; REsp 570404/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJe 14/06/2010; HC 137538/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 12/04/2010; HC 049919/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2008;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 494)

15. Há concurso formal impróprio no crime de latrocínio nas hipóteses em que o agente, mediante uma única subtração patrimonial provoca, com desígnios autônomos, dois ou mais resultados morte.

Julgados: HC 336680/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2015; HC 291724/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2015; HC 185101/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 16/04/2015; REsp 1339987/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 11/03/2014; HC 165582/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 06/06/2013; REsp 1164953/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 03/04/2012; HC 134775/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 08/11/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 494)

16. Nos crimes de roubo praticados em detrimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a fixação da competência é verificada de acordo com a natureza econômica do serviço prestado na forma de agência própria, cuja competência é da Justiça Federal; ou na forma de franquia, explorada por particulares, hipótese em que a Justiça Estadual terá competência para julgamento dos processos.

Julgados: CC 143045/CE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 06/11/2015; HC 265525/SE, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 02/06/2015; CC 133751/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 04/12/2014; CC 122596/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 22/08/2012; CC 112424/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 17/11/2011; HC 109810/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2008; HC 039200/SP, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 19/12/2005; CC 027343/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 24/09/2001;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 441)